

estudos e pesquisas

nº 97 – 29 de setembro 2020

Balanço das greves do primeiro semestre de 2020

Balanço das greves

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, com este estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2020, que identifica as principais características desses movimentos.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as paralisações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves

Greves e horas paradas

Neste primeiro semestre, o SAG-DIEESE registrou 355 greves (Tabela 1). Os trabalhadores da esfera privada promoveram um número de paralisações maior (195 registros) que os trabalhadores da esfera pública (160 registros).

Em relação à quantidade de horas paradas, que equivale à soma das horas de cada greve, as mobilizações dos trabalhadores da esfera pública, no entanto, superaram aquelas da esfera privada: em termos proporcionais, 60% das horas paradas no primeiro semestre de 2020 corresponderam a paralisações na esfera pública.

TABELA 1
Greves e horas paradas
Brasil, primeiro semestre de 2020

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	160	45,1	6.667	59,7
<i>Funcionalismo Público</i>	135	38,0	6.031	54,0
<i>Empresas Estatais</i>	25	7,0	636	5,7
Esfera Privada	195	54,9	4.500	40,3
TOTAL	355	100,0	11.167	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Neste semestre, 60% das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas (Tabela 2) e 10% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 2
Distribuição das greves por duração
Brasil, primeiro semestre de 2020

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	214	60,3	60,3
2 a 5	83	23,4	83,7
6 a 10	24	6,8	90,4
11 a 20	17	4,8	95,2
21 a 30	11	3,1	98,3
31 a 40	2	0,6	98,9
41 a 50	0	0,0	98,9
51 a 60	3	0,8	99,7
61 a 70	1	0,3	100,0
TOTAL	355	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

Número de trabalhadores

Das 355 paralisações registradas, 54 continham informações sobre o número de grevistas envolvidos (o que corresponde a cerca de 15% do total). Dessas, 70% reuniram até 200 grevistas (Tabela 3). Paralisações com mais de dois mil trabalhadores constituíram apenas 2% dos protestos realizados.

TABELA 3
Greves por faixas de número de trabalhadores
Brasil, primeiro semestre de 2020

Nº de Trabalhadores	nº	%	% acum.
Até 200	38	70,4	70,4
201 - 500	8	14,8	85,2
501 – 1.000	5	9,3	94,4
1.001 – 2.000	2	3,7	98,1
2.001 – 5.000	0	0,0	98,1
5.001 – 10.000	1	1,9	100,0
TOTAL	54	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

Obs.: Consideradas só as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de seu tempo de duração – com a definição, na ocasião em que são deflagradas, do momento em que serão interrompidas. Das 355 greves, houve 139 (39%) de advertência e 211 (59%), por tempo indeterminado (Tabela 4).

TABELA 4
Tática das greves
Brasil, primeiro semestre de 2020

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	139	39,2
Tempo indeterminado	211	59,4
Sem informação	5	1,4
TOTAL	355	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

No conjunto das paralisações, a proporção de movimentos organizados no âmbito de empresa ou de unidade foi preponderante (64%) em relação aos movimentos que abrangeram toda uma categoria profissional (36%).

TABELA 5
Abrangência das greves
Brasil, primeiro semestre de 2020

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	127	35,8
Empresa/unidade ⁽¹⁾	228	64,2
TOTAL	355	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Entre as greves do funcionalismo público, são consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Motivações das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves

denominadas defensivas são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto.

Neste primeiro semestre, 90% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações, sendo que tanto a menção ao descumprimento de direitos como à manutenção de condições vigentes ocuparam a mesma proporção (52%) na pauta.

TABELA 6
Caráter das greves
Brasil, primeiro semestre de 2020

Caráter	Greves (355)	
	nº	%
Propositivas	84	23,7
Defensivas	318	89,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	186	52,4
<i>Descumprimento de direitos</i>	186	52,4
Protesto	56	15,8
Solidariedade	2	0,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao pagamento de vencimentos em atraso (salário, férias e décimo terceiro) foram as mais frequentes (37%). Em seguida, presente em 26% das greves, está a exigência de reajuste nos salários e nos pisos salariais (Tabela 7).

TABELA 7
Principais reivindicações das greves
Brasil, primeiro semestre de 2020

Reivindicação	Greves (355)	
	nº	%
Pagamento de valores em atraso: salários, férias e décimo terceiro	132	37,2
Reajuste salarial, piso salarial	92	25,9
Alimentação, assistência médica	68	19,2
Melhoria nos serviços públicos, contrarreformas	57	16,1
Condições de segurança, EPIs	57	16,1
Condições de trabalho, local de trabalho, fornecimento de ferramentas	50	14,1
Plano de Cargos e Salários	39	11,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Das 355 greves registradas no primeiro semestre de 2020, apenas 118 (33%) continham informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dessas (85%), chegou-se a termo por meio da negociação direta e/ou mediada; em quase um terço (31%), houve algum tipo de envolvimento do Poder Judiciário (Tabela 8).

TABELA 8
Formas de resolução dos conflitos
Brasil, primeiro semestre de 2020

Formas de resolução	Greves (118)	
	nº	%
Negociação	100	84,7
Intervenção/participação da Justiça ¹	37	31,4
<i>Decisão judicial</i>	26	22,0
<i>Acordo judicial</i>	6	5,1
<i>Sem informação</i>	13	11,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.

Resultados das greves

Das 103 greves (29% do total anual) sobre as quais foi possível obter informações a respeito do desfecho, 73% lograram algum êxito no atendimento às reivindicações (Tabela 9).

TABELA 9
Resultados das greves
Brasil, primeiro semestre de 2020

Resultado	Greves (103)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	75	72,8
<i>Integral</i>	31	30,1
<i>Parcial</i>	44	42,7
Rejeição das reivindicações	7	6,8
Prosseguimento das negociações	26	25,2

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2020, o SAG-DIEESE registrou 135 greves nos três níveis administrativos do funcionalismo público (Tabela 10), que contabilizaram seis mil horas paradas. Os servidores municipais deflagraram pouco mais de dois terços dessas paralisações (67%), com proporção um pouco menor (58%) no total de horas paradas.

Das greves observadas entre os servidores públicos estaduais, 14 foram deflagradas por servidores da Segurança Pública; nove, por servidores da Saúde; oito, por servidores da Educação; e dez, por servidores de outras secretarias (ou de várias secretarias em conjunto). Uma greve foi deflagrada em uma fundação, outra por servidores de um dos Judiciários Estaduais.

Nos serviços públicos municipais, 37 foram deflagradas por servidores da Educação; 24 por servidores da Saúde; quatro por servidores da Segurança Pública; e, 25 por servidores de outras secretarias (ou de várias secretarias em conjunto).

TABELA 10
Greves e horas paradas no funcionalismo público, por nível administrativo
Brasil, primeiro semestre de 2020

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	1	0,7	8	0,1
Estadual	43	31,9	2.544	42,2
Municipal	90	66,7	3.471	57,6
Multissetorial	1	0,7	8	0,1
TOTAL	135	100,0	6.031	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

No funcionalismo público, 78% das greves incluíram itens de caráter defensivo em sua pauta de reivindicações.

TABELA 11
Caráter das greves no funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2020

Caráter	Greves (135)	
	nº	%
Propositivas	70	51,9
Defensivas	105	77,8
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	74	54,8
<i>Descumprimento de direitos</i>	49	36,3
Protesto	42	31,1
Solidariedade	1	0,7

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste dos salários e dos pisos salariais foram as mais frequentes nas pautas das greves do funcionalismo público (67%). Em seguida, estão as exigências de melhoria nas condições e no local de trabalho, além do fornecimento adequado de ferramentas e insumos (42%).

Itens de pauta política também estão presentes (41%): a exigência de investimentos para a melhoria na prestação dos serviços públicos de educação, saúde e segurança, além de protestos contra as reformas da Previdência, apresentadas pelos estados e municípios.

TABELA 12
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2020

Reivindicação	Greves (135)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	91	67,4
Condições e local de trabalho, ferramentas e insumos	57	42,2
Melhorias nos serviços públicos, oposição a reformas	56	41,5
Plano de Cargos e Salários, promoção	50	37,0
Pagamento de vencimentos em atraso: salário, 13º	29	21,5
Realização de concursos	19	14,1

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2020, o SAG-DIEESE cadastrou 25 greves, que paralisaram por 636 horas as atividades nas empresas estatais. Os trabalhadores do setor de serviços promoveram quase três quartos dessas greves (72%), embora tenham permanecido menos tempo com os braços cruzados (52% das horas paradas).

TABELA 13
Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor
Brasil, primeiro semestre de 2020

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	6	24,0	291	45,8
Serviços	18	72,0	329	51,7
Multissetorial	1	4,0	16	2,5
TOTAL	25	100,0	636	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Das greves realizadas nas estatais, 96% incluíram itens de caráter defensivo em suas pautas de reivindicações, relacionados basicamente à manutenção de condições já vigentes (92%). Itens de caráter propositivo não estiveram presentes.

TABELA 14
Caráter das greves nas empresas estatais
Brasil, primeiro semestre de 2020

Caráter	Greves (25)	
	nº	%
Propositivas	0	0,0
Defensivas	24	96,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	23	92,0
<i>Descumprimento de direitos</i>	1	4,0
Protesto	7	28,0
Solidariedade	1	4,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Quase metade da pauta reivindicatória dos trabalhadores das estatais (48%), neste primeiro semestre, esteve ocupada por itens diretamente relacionados à pandemia do novo coronavírus: a implantação de medidas de segurança sanitária no local de trabalho; o fornecimento de EPIs (máscaras, álcool em gel e luvas); e, o acompanhamento, através de testagens, da possível contaminação entre trabalhadores.

Protestos a favor do investimento nos serviços públicos, contra a reforma da Previdência e contra projetos de privatização vieram a seguir, e ocuparam cerca de um terço da pauta (32%).

TABELA 15
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais
Brasil, primeiro semestre de 2020

Reivindicação	Greves (25)	
	nº	%
Condições de segurança, EPIs e acompanhamento de doenças	12	48,0
Melhoria nos serviços públicos, contra privatização	8	32,0
Assistência médica	4	16,0
Manutenção do emprego, contra demissões	4	16,0
Condições e local de trabalho	4	16,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2020, o SAG-DIEESE registrou 195 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (Tabela 16), que contabilizaram 4,5 mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de serviços corresponderam a 78% dessas mobilizações e a 86% das horas paradas.

Das greves apuradas na esfera privada, 103 (53%) ocorreram na região Sudeste. No Nordeste, foram deflagradas 49 paralisações (25%); no Sul, 28 (14%); no Norte, nove (5%); e, no Centro-Oeste, seis (3%).

Nos serviços privados, os trabalhadores dos transportes (especialmente os rodoviários do transporte coletivo) paralisaram 87 vezes (45%); os trabalhadores classificados na categoria Turismo e Hospitalidade (que envolve principalmente trabalhadores de serviços gerais, limpeza e coleta de lixo) paralisaram 32 vezes (16%); os profissionais dos estabelecimentos privados de educação, 10 vezes (5%); e, os profissionais dos estabelecimentos privados de saúde, também 10 vezes (5%).

Na indústria, a maioria dos movimentos (25, ou 13%) foi realizada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção promoveram 10 greves (5%).

TABELA 16
Greves e horas paradas na esfera privada
Brasil, primeiro semestre de 2020

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	43	22,1	616	13,7
Serviços	152	77,9	3.884	86,3
TOTAL	195	100	4.500	100

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Na pauta reivindicatória de 97% das greves deflagradas na esfera privada estiveram presentes itens de caráter defensivo (Tabela 17), com predominância de pleitos relativos ao descumprimento de direitos.

TABELA 17
Caráter das greves na esfera privada
Brasil, primeiro semestre de 2020

Caráter	Greves (195)	
	nº	%
Propositivas	14	7,2
Defensivas	189	96,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	89	45,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	136	69,7
Protesto	7	3,6
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de pagamento de atrasados (salários, férias, décimo terceiro e vale salarial) compôs a pauta da maioria (61%) das greves deflagradas pelos trabalhadores da esfera privada. Itens relativos à alimentação e à assistência médica foram incluídos em 28% dessas greves. Reivindicações ligadas às condições de segurança sanitária ocuparam o terceiro lugar de importância (16%).

TABELA 18
Principais reivindicações das greves na esfera privada
Brasil, primeiro semestre de 2020

Reivindicação	Greves (195)	
	nº	%
Pagamento de vencimentos em atraso: salário, férias, 13º	119	61,0
Alimentação, assistência médica	54	27,7
Condições de segurança, EPIS	31	15,9
Contra demissões, manutenção do emprego	24	12,3
Regularização dos repasses do FGTS	22	11,3

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

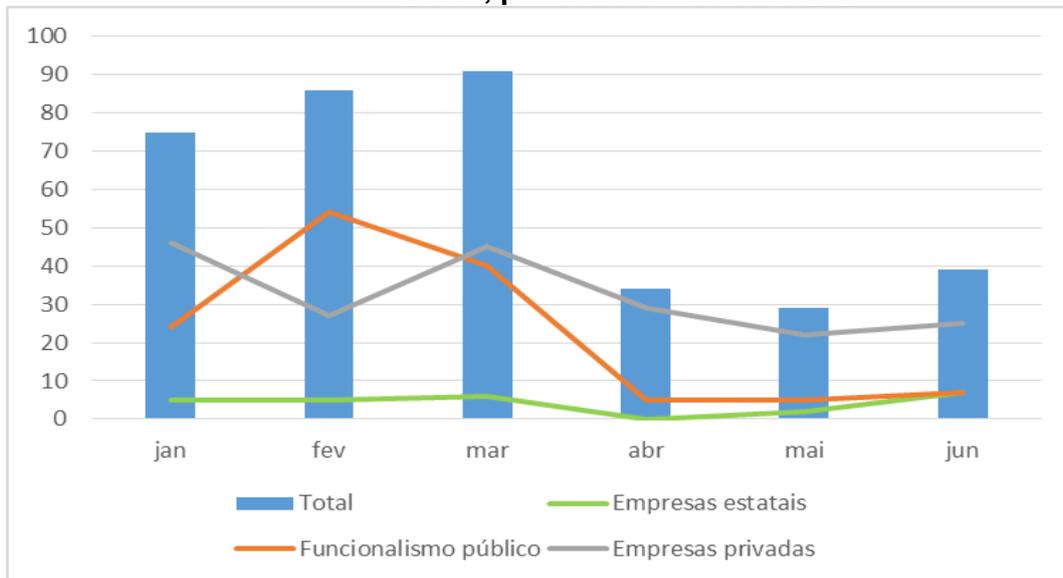
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Considerações Finais

A primeira metade do ano de 2020 registrou 355 greves. No primeiro trimestre, que terminou pouco depois do anúncio das primeiras medidas de proteção contra o novo

coronavírus, ocorriam cerca de 84 paralisações por mês. No segundo, com o impacto da pandemia, esse número caiu para 34 (Gráfico 1).

Gráfico 1
Greves por setor, por mês
Brasil, primeiro semestre de 2020



Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

No início dos alertas contra a contaminação pelo vírus, em abril, o perigo da doença chegou mesmo a suscitar alguma movimentação entre os trabalhadores – especialmente entre os funcionários de empresas de telemarketing. Entretanto, o efeito maior, sem dúvida, foi no sentido de interromper greves importantes em andamento; em especial na educação (pelo reajuste do Piso Nacional do Magistério) e na saúde (contra as frequentes irregularidades trabalhistas cometidas nas unidades de saúde administradas por Organizações Sociais).

No primeiro caso, entre os profissionais da educação, a suspensão das aulas pelos governos estaduais e municipais, tomada como medida de prevenção, retirava das greves sua capacidade elementar de exercer pressão através da interrupção do trabalho. Somavam-se a isso as dificuldades inéditas de realização de assembleias deliberativas em meio a exigências de confinamento doméstico e distanciamento social (dificuldades que, mais tarde, em alguns casos, seriam contornadas através do uso de recursos técnicos de comunicação).

Entre os trabalhadores da saúde, o brusco deslocamento do debate público para a centralidade das atividades de cuidado hospitalar e a resposta de governos estaduais e prefeituras, com direcionamento de mais recursos para as pastas de saúde, provavelmente

exerceram algum efeito corretor nos casos de má gestão, carência de recursos públicos e irregularidades trabalhistas (atrasos de salários, principalmente); o que também levou à diminuição do protesto (ainda que se saiba hoje que, mesmo diante da ameaça real de colapso dos serviços de saúde, práticas duvidosas de gestão pública não tenham conseguido renunciar ao seu quinhão).

Há que se cogitar, além disso, a hipótese de que, no caso de administrações onde o atraso no pagamento dos vencimentos dos profissionais permaneceu, o arrefecimento grevista acabou relacionado a um sentido de missão dos profissionais de saúde que, diante da ameaça do descontrole pandêmico e do que isso implicaria em perdas humanas, passou a desconsiderar a possibilidade de encampar protestos mais vigorosos.

Entre abril e junho, os trabalhadores do transporte coletivo urbano tornaram-se, indiscutivelmente, a grande categoria grevista (quase a única, na verdade); em ação contra os atrasos de salários, demissões e redução de remuneração; e, por medidas de segurança sanitária, como fornecimento de álcool em gel, luvas e máscaras. Por outro lado, com a redução do número de ônibus em circulação, em quase todas as grandes cidades brasileiras, as empresas alegaram dificuldades na captação da receita que permitiria a regularização dos pagamentos.

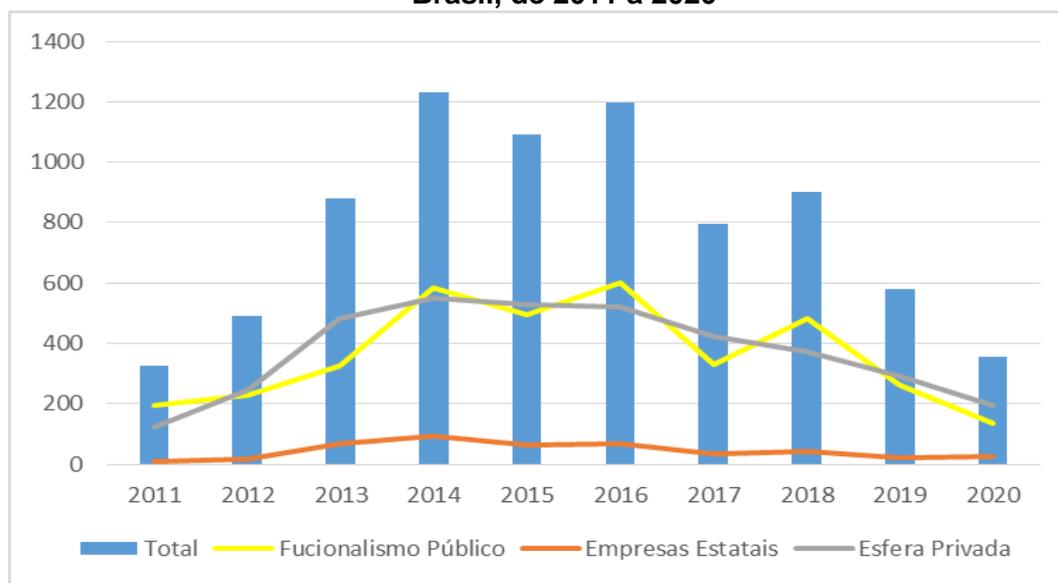
As paralisações deflagradas por trabalhadores dos Correios também foram tornando-se particularmente importantes neste primeiro semestre. Diante do adoecimento de colegas, denunciaram as aglomerações nas unidades de trabalho da empresa, exigindo a implementação de distâncias mínimas entre os postos de trabalho, a realização de desinfecções frequentes dessas unidades e de testagens que indiquem se nelas existe a circulação do vírus – além, é claro, do fornecimento de álcool em gel e de máscaras.

Em um contexto no qual as necessárias interdições sanitárias de caráter preventivo acabaram, como esperado, por diminuir expressivamente o ritmo das atividades econômicas (embora não igualmente entre os diversos tipos de atividades) e, assim, também as possibilidades de protesto dos trabalhadores, é necessário não deixar de mencionar que essa redução vem ocorrer precisamente em meio a um já acentuado movimento de declínio na deflagração de greves e paralisações (Gráfico 2).

Embora esse tipo de ação esteja longe de relacionar-se de forma simples e causal com uma ou outra variável econômica ou política, é possível apontar (como já tem sido feito em balanços de greves de anos anteriores), sem muita dificuldade, fatores que, em seu conjunto, atuam de forma a desestimular a mobilização grevista: a permanência dos números do

desemprego em altos patamares e o avanço do trabalho informal; as expectativas pouco confiantes no surgimento de um futuro melhor – reforçadas por uma difusa sensação de instabilidade derivada das recentes reconfigurações políticas do país; e, por fim, a asfixia do financiamento das entidades sindicais após a reforma de 2019.

Gráfico 2
Greves realizadas por setor no primeiro semestre
Brasil, de 2011 a 2020



Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Ainda assim, esse mesmo semestre, logo em seu início, foi marcado pela greve de 20 dias dos trabalhadores da Petrobrás, ocorrida em fevereiro – o segundo maior movimento de protesto realizado na empresa; atrás, apenas, da conhecida greve de 1995, que durou 31 dias e também terminou em 30 de julho, véspera do “breque dos Apps”. O movimento nacional de paralisação dos trabalhadores dos serviços de entrega por aplicativos, com reivindicações como o reajuste nos valores pagos por serviço, o apoio das empresas em casos de acidentes e o fornecimento de itens de proteção como álcool em gel e máscaras, evidenciou as condições de precarização e dilapidação extrema do trabalhador, embutidas sob as promessas luminosas da nova economia da informação.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe responsável

Rodrigo Linhares

Carla Maria Bernardelli Massabki (revisão)